

Greve dos Servidores da UFG: Valeu a ousadia do movimento



A Assembleia de deflagração da greve contou com a presença de cerca de 400 servidores

A pós uma semana de greve, os servidores técnico-administrativos da UFG encerraram a paralisação de cabeça erguida. "A nossa greve terminou, mas vamos continuar unidos e mobilizados, adotando outras formas de luta, para tentar derrotar as reformas anti-povo e anti-nação que o governo FHC está querendo nos impor", explicou o Coordenador Sindical do Sint-UFG, Paulo de Souza Guerra.

A greve da categoria foi deflagrada após um amplo processo de discussão nas diversas uni-

des da UFG. A Assembleia que a aprovou contou com a presença de cerca de 400 servidores. Infelizmente, a greve que deveria ser unificada e de caráter nacional, em Goiás, não obteve adesão de outras categorias, nem mesmo dos professores da UFG.

Os servidores saíram unidos da paralisação, tanto é que aprovaram por unanimidade a resolução do Comando Local de Greve, apresentada na Assembleia do último dia 10 de maio. Leia a íntegra da Resolução, com uma ampla avaliação de todo movimento, nas páginas 3 e 4.

Seminário Discute Reformas na Constituição e na Universidade

Reforma Constitucional e Reforma Universitária". Este foi o tema central do Seminário promovido pelo Sint-UFG, UEE, DCE-UFG, UFG e Assembleia Legislativa, que aconteceu nos dias 19 e 20 de maio, na Faculdade de Direito. Os organizadores do evento revelaram que o Seminário reuniu, em cada dia, cerca de 250 participantes. Segundo avaliaram, tanto do ponto de vista da presença, quanto do ponto de vista do conteúdo, foi uma atividade vitoriosa, uma vez que reuniu debatedores de variadas concepções ideológicas, partidárias, acadêmicas e, até mesmo, administrativas.

Esse ecletismo era exatamente um dos objetivos propostos pelo Seminário, que buscava fundamentar alguns princípios para elaboração de um projeto de Universidade que contribua com o desenvolvimento do Estado de Goiás e garanta a qualidade no Ensino, Pesquisa e Extensão. Para o Vice-Coordenador Sindical do Sint-UFG, João Pires, que integrou a Comissão Organizadora do evento, "o Seminário teve o importante mérito de congregar, em torno de uma atividade única, pela primeira vez, servidores, estudantes, integrantes da administração da UFG e um dos poderes do Estado, a Assembleia Legislativa".

Na opinião de João Pires, essa diversidade de posições e de visões contribui para que os segmentos que compõem a comunidade universitária passem a discutir de forma mais aprofundada os grandes temas nacionais e as perspectivas que se apresentam para a universidade. "O choque de opiniões é benéfico para que os debates fiquem mais



O Seminário teve boa participação nos debates

interessantes e reflatam melhor as tendências que se apresentam para a sociedade, num momento particularmente rico como o que estamos vivenciando na atualidade", comenta.

A participação dos servidores no Seminário foi considerada boa, segundo avaliação de João Pires. "Aqueles que se inscreveram participaram intensamente de todas as atividades", atesta. Ele estima que essa atividade despertou entre os segmentos da universidade um maior interesse pela discussão das reformas que o governo pretende implementar, tanto na estrutura do Estado, quanto da Universidade. "Ficou claro que, se não nos mobilizarmos e defendermos os nossos direitos, o governo conseguirá aprovar os seus projetos lesivos para o país e



Fernando Gusmão, da UNE, foi um dos debatedores

para a educação", alertou o dirigente sindical.

"A realização do Seminário propiciou um intercâmbio de conhecimentos e contribuiu para a elevação do grau de consciência daqueles que participaram do evento", opina o Coordenador Sindical do Sint-UFG, Paulo de Souza Guerra. Ele acrescenta que esse tipo de atividade deve ser estimulada, pois joga um papel importante na discussão sistematizada das questões que estão na ordem-do-dia e que dizem respeito não só às universidades, mas a todo o povo brasileiro. "Foi uma experiência vitoriosa e vamos procurar repetir a dose", finaliza.

EDITORIAL



EU ME
ORGULHO
DO PAI:
ELE NÃO
FURA
GREVE!



Valeu a Greve na UFG

Toda Greve, depois de concluída, permite aos que a deflagraram um rico processo de avaliações e análises. Em síntese: retirada de preciosas lições. Não foi diferente com a greve dos servidores técnico-administrativos da UFG, deflagrada no dia 05/05 e concluída uma semana depois (12/05). Para se fazer um balanço, o mais próximo possível da realidade, é necessário que se avalie uma Greve não apenas durante a sua realização, mas que se verifique o seu processo de deflagração, bem como os desdobramentos que provocará mesmo depois de encerrada.

Observando as coisas sob essa ótica, pode-se afirmar com segurança que a Greve deflagrada pelos servidores técnico-administrativos na UFG foi precedida de um amplo processo de preparação e discussão, haja vista as reuniões realizadas nas diferentes unidades, e o trabalho de divulgação promovido pelo Comitê de Mobilização. Portanto, no âmbito interno, as condições para a deflagração do movimento foram sendo amadurecidas aos poucos, para que obtivesse bases sólidas.

O trabalho para se manter o pé de uma greve, após a sua deflagração, é condicionado por uma série de fatores. Podem ser lembrados os fatores internos, que em boa parte resultam das atividades patrocinadas pelas comissões de greve (mobilização, divulgação, organização, finanças, etc.). Mas, sobretudo, no caso específico dessa greve que nasceu com o propósito de ser Nacional e Unificada, de fatores externos. Por isso, convém lembrar que os servidores da UFG foram a única categoria, em Goiás, a aderir à Greve. Isso possibilitou que a categoria se sentisse

isolada, posto que nem mesmo os professores da instituição engronaram a luta. Alie-se a isso as ameaças, feitas pelo governo, de corte de pontos, exoneração de cargos de confiança e prejuízos funcionais, desta vez via decreto presidencial.

Não obstante todas estas questões levantadas, permaneceu no seio da categoria uma constatação e uma evidência, já sentidas em movimentos anteriores. Trata-se do absoluto desrespeito de uma parte (felizmente, pequena) dos técnico-administrativos para com as deliberações da categoria. Essa parcela, no momento em que se recusa a acatar decisões soberanas de uma Assembleia Geral representativa, joga água no moinho dos setores mais atrasados do país, que desejam golpear a soberania nacional, entregar as riquezas do país para os grupos multinacionais, destruir a gratuidade do ensino público de 3º grau e subtrair conquistas dos trabalhadores. Não há dúvida: os fura-greve prestaram, mais uma vez, um desserviço ao movimento.

Por outro lado, há que se ressaltar e elogiar a gerra e a combatividade daqueles (são muitos) que mantiveram absoluta lealdade para com a Greve. Foram precisamente estes que discutiram a importância do movimento em suas unidades, que compareceram às Assembleias, participaram das mobilizações e não se deixaram abater pelas ameaças e pressões do governo. Foram estes servidores que asseguraram o brilho dessa Greve, que permitiram que o movimento fosse encerrado de cabeça erguida. Para esses servidores, as sinceras homenagens do Sint-UFG. São eles que mantêm a certeza de que A Luta Continua!

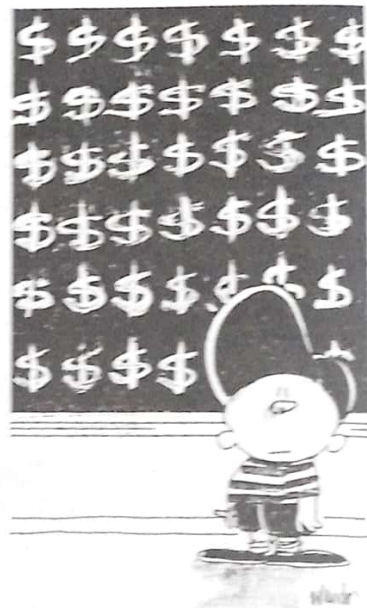
LDB

Substitutivo Darcy Ribeiro quer adaptar as Universidades ao Projeto Neoliberal

O governo FHC joga todas as suas fichas para aprovar, no Senado, a sua proposta de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através do substitutivo do senador Darcy Ribeiro (MEC-3). Em essência, esse substitutivo objetiva adaptar as Universidades Brasileiras às necessidades do projeto neoliberal, linha pela qual tem se guiado o atual governo. Através de seus dispositivos, a maioria de nossas universidades - inclusive a UFG - será relegada à condição de "Escolões de 3º Grau", retirando-lhes a perspectiva quanto a um projeto nacional de desenvolvimento sustentado a partir da produção científica e tecnológica brasileira.

O que restará para essas Universidades, caso o substitutivo do senador Darcy Ribeiro seja aprovado? A tarefa de simples produtora de mão-de-obra técnica para suprir as necessidades da iniciativa privada. Dentro dessa perspectiva, somente subsistirão como universidades aquelas localizadas nos grandes centros, que receberão financiamento da iniciativa privada. Pretende-se que estas funcionem como "Centros de Excelência" e produtoras da chamada tecnologia de ponta.

Uma questão particularmente grave contida no projeto MEC-3 diz respeito à retirada dos servidores técnico-administrativos e docentes das Universidades do Regime Jurídico Único (RJU), permitindo que cada instituição elabore um plano de carreira, de cargos e salários e regime jurídico para os servidores. Ou seja, perderíamos um direito tão duramente conquistado em muitos anos de luta, além do que, colocariam fim



à organização nacional dos servidores, uma vez que teríamos que tratar das nossas questões trabalhistas diretamente com a Reitoria ou, no máximo, com a Andifes, caso se consiga acordo com os Reitores para tal.

Por esses pontos analisados nota-se a gravidade do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a Universidade como um todo e para os servidores, em particular. Temos que nos organizar nacionalmente para impedir que esse projeto seja aprovado. Em contraposição, vamos defender o projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 101/93, que resultou de um amplo processo de discussão e participação da sociedade, através de audiências públicas promovidas pela Câmara Federal. Abaixo o projeto autoritário do Senador Darcy Ribeiro!

EXPEDIENTE

Jornal do
Sint-UFG

Órgão de Divulgação do Sindicato dos
Trabalhadores da Universidade Federal
de Goiás

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário - Goiânia-GO - Fone: 261-4465

Diretoria
Coordenador Sindical:
Paulo Guerra

Secretário Social:
Joaquim Leite de São José
1º Secretário de Finanças:
Júlio César Prates
Secretaria de Imprensa e Divulgação:
Lucilene Fernandes Santana
Vice-Coordenador Sindical:
João Pires Júnior

Vice-Coordenadora Social:
Marilisa Nogueira
2º Secretário de Finanças:
Pedro Batista da Silva
Assessor de Formação Política
Aivalton Machado
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116)
Programação Visual:
Adriana C. Almeida e Marcos D. Diques
Coordenação Gráfica:
GRÁFICA KELPS - (062) 225-8116

*Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG

Resolução da Assembléia Geral de 10 de maio é aprovada por unanimidade

Companheiros, desde a posse do governo FHC, em janeiro de 1995, ficou claro para os trabalhadores em geral, e para os servidores do setor público, em particular, que teríamos grandes confrontos pela frente.

A cada proposta que FHC levava ao Congresso Nacional, os trabalhadores sentiam o conteúdo nefasto do projeto neoliberal, conduzido por ele e pela velha Arena/PDS da ditadura militar.

As principais: fim da aposentadoria por tempo de serviço; fim da estabilidade no emprego; fim do Regime Jurídico Único para os servidores civis; privatização da Petrobrás e das Telecomunicações; entrega das riquezas do subsolo brasileiro e da Amazônia aos conglomerados americanos.

O Plano Real, bolado para dar a vitória eleitoral ao candidato dos milionários, continua prejudicando a população, via arrocho salarial e desemprego, provocados pela violenta recessão em curso. Também persiste a transferência de renda dos assalariados para os ricos banqueiros nacionais e estrangeiros e para os grandes fazendeiros e multinacionais.

Com isso, fica claro as graves ameaças que pairam sobre o Brasil, os servidores públicos e o conjunto dos

trabalhadores do nosso país.

Tendo consciência desse cenário e da necessidade de combatê-lo é que fomos à luta. O objetivo era tentar garantir as conquistas e direitos que acumulamos nos últimos 10 anos.

O primeiro jornal deste ano, publicado pelo Sint-UFG em janeiro/95, já indicava este caminho: "Servidores da UFG Mobilizam-se em Defesa de Seus Direitos", estampava a manchete principal.

Tem início, então, uma grande jornada de mobilização: são publicados dois jornais, 11 boletins e vários panfletos; realizam-se 12 Assembléias Gerais, 05 reuniões do Conselho de Representantes de unidades/órgãos e inúmeras reuniões nos locais de trabalho.

São frequentes os contatos diretos de representantes de unidades/órgãos e diretores do Sint-UFG com os servidores, que resultam em três caravanas a Brasília, atividades que jogam um importante papel nesse processo de mobilização.

Esse debate democrático tem contribuído para capacitar os servidores da UFG para avaliar o quadro conjuntural e identificar a melhor forma de luta a ser adotada no momento, bastando para isso o interesse dos servidores.

Avaliação e Deliberação

Em função de negociação entre trabalhadores das estatais e do setor público quanto a melhor tática a ser adotada, particularmente, sobre a data para deflagração da greve unificada, os servidores da UFG debateram o assunto em Assembléia Geral realizada em 26/04/95 e tiraram o indicativo de greve para 03/05/95, quando foram aprovadas as seguintes resoluções:

"Os ataques sistemáticos do governo FHC contra os direitos sociais dos trabalhadores exige uma resposta contundente por parte dos movimentos populares. As reformas anunciadas (política, econômica, sindical, da Previdência, LDB — substitutivo Darcy Ribeiro —, Leis das Patentes) são profundamente danosas, não só para os trabalhadores, mas para a população em geral.

Nesse contexto, entende-se que a proposta de Greve Geral é uma necessidade, posto que o governo não recuará em seus propósitos, se não houver uma forte pressão popular. Não há dúvida que uma greve unificada, organizada nacionalmente, contará pontos importantes para nossa luta. No entanto, não terá o mesmo peso, caso se restrinja às universidades.

Por essa razão, os servidores da UFG aprovam a seguinte condição para deflagrar a Greve Geral no dia 03 de maio: que ela seja unificada, envolven-

do o serviço público e as empresas estatais".

Na Plenária da Fasubra, de 29/04, a maioria dos delegados, considerando o quadro nacional, com destaque para a mobilização para a greve de petroleiros, eletricitários, ferroviários, telefônicos, correios e previdenciários, e que uma greve envolvendo todas estas categorias não tinha registro em nossa História, resolveram deliberar pela deflagração da Greve Nacional Unificada, e por tempo indeterminado, a partir de 03 de maio de 1995. Elaborou-se uma pauta unificada entre estatais e SPFs, e outra específica, para negociações junto ao MEC.

Em Assembléia Geral realizada em 03/05/95, os servidores consideraram os resultados dos debates apresentados pela Fasubra como importantes e decidiram, então, que deveríamos, antes de deliberar sobre a questão, realizar nova AG, no dia 05/05. Nessa Assembléia, que seria precedida de novos debates nas unidades/órgãos, discutiríamos novamente o caráter da greve e se aquela era a melhor forma de enfrentamento.

Em Assembléia Geral no dia 05/05, com a presença de quase 400 servidores, deliberou-se pela Greve por Tempo Indeterminado, com apenas 02 votos contras e 06 abstenções.

A Greve na UFG

A greve deflagrada no dia 05/05 reservava para os servidores da UFG uma experiência absolutamente nova e impunha desafios até então desconhecidos, tais como:

- 1 - Conduzir uma greve com parceiros que adotam práticas e dinâmicas de greve completamente diferentes daquelas que estamos acostumados a fazer;
- 2 - Estabelecer na prática uma pauta única que motivasse o conjunto das categorias envolvidas na greve;
- 3 - Garantir, na mesa, negociação unificada na prática, onde existem reivindicações específicas tão díspares;
- 4 - No caso dos servidores das universidades acostumadas a fazer greve de um, dois ou quase três meses, como estruturar uma greve para 6, 7 ou 8 dias que acompanhasse a dinâmica dos petroleiros, por exemplo.

A necessária consolidação de lutas unificadas nos setores dos servidores públicos e estatais impõe superarmos de forma coletiva estas dificuldades.

Outra questão que surgiu de forma nova foi a tradicional ameaça do governo de corte de ponto; exoneração de cargo de confiança; prejuízos funcionais, etc; desta vez em forma de decreto presidencial, tomou ares de questões definitivas e, mesmo sendo inconstitucional, portanto, passível de ser derrotada na justiça e no Congresso Nacional, causou temor generalizado entre os funcionários.

Este fato, somado à campanha neoliberal aberta por alguns professores contra a greve, terminou por inviabilizar a entrada dessa categoria na luta em defesa das Universidades. Contribuiu, também, para que vários servidores retornassem às suas atividades por iniciativa própria.

Outro ponto que deve ser ressaltado: o conjunto dos SPFs não assimilou



A greve teve um objetivo definido

num todo a pauta unificada, uma vez que essa teve como característica principal a luta política, dificultando a mobilização dos servidores.

Em que pese dispormos de um

quadro nacional estável na base da Fasubra, com 26 universidades em greve, a situação do movimento em Goiás apresentava dificuldades de



consolidação. Várias unidades funcionando normalmente e sem que outros setores do funcionalismo em Goiás aderisse ao movimento. Isso acabou por provocar, já em 09/05, um quadro de dispersão e isolamento. O que, mesmo com esforço do conjunto das lideranças de nossa categoria, não foi possível reverter no curto espaço de tempo disponível.

Em reunião do Comando Local de Greve, realizada no dia 10/05, com base nas informações colhidas ao longo do dia,

e na avaliação oriunda de várias unidades/órgãos quanto à necessidade do indicativo de retorno ao trabalho, apresentamos a esta Assembléia a seguinte resolução:

- * Retorno ao trabalho a partir de 12/05/95;
- * Continuar a luta para impedir a pretensão do governo de punir os grevistas na UFG e no âmbito nacional;
- * Lutar pela aprovação da LDB aprovada pela Câmara Federal (PLC 101);

Considerando ainda que, mesmo num quadro de dificuldades, os servidores da UFG contribuíram de forma positiva para a luta da nossa categoria:

- a) Introduzimos na comunidade universitária a discussão sobre as reformas pretendidas pelo governo FHC — contra o povo e contra o Brasil;
- b) Debatesmos o Projeto da LDB do senador Darcy Ribeiro e os riscos que sua aprovação significa para os servidores e a universidade, assunto que

só tomou corpo na UFG depois que os servidores ousaram ir à luta;

- c) Tomamos a iniciativa de discutir com a população usuária do HC, o que se revelou um caminho interessante de intercâmbio entre a universidade e a sociedade. Devemos insistir nesse caminho;
- d) A nossa greve, por ter sido pequena, ocupou um espaço limitado na mídia, porém, julgamos que foi importante.

A Luta Continua

Assim sendo, propomos os seguintes encaminhamentos:

- a) Permanecer em estado de greve;
- b) Participar no dia 11/05 do ato de lançamento do Placar com o posicionamento dos parlamentares de Goiás sobre a reforma constitucional, na Praça do Bandeirante, junto com outras entidade sindicais, partidos políticos e entidades da sociedade civil, organizado pelo Fórum em Defesa da Cidadania, da Constituição e do Brasil;
- c) Manutenção de um comando de mobilização;
- d) Constituição de equipes para contribuir com o acompanhamento dos trabalhos junto ao Congresso Nacional;
- e) Participar das atividades de caráter nacional propostas pelo Comando Nacional de Greve, a exemplo de atos unificados, caravanas à Brasília, etc.;
- f) Programar atividades políticas e culturais em praças públicas, unificada com a comunidade universitária;
- g) Promover enterro simbólico de FHC e Paulo Renato com cortejo fúnebre saindo da Assembléia Legislativa seguindo para o Campus II;
- h) Programar debates sobre: LDB, Previdência, Reforma Constitucional, etc, de preferência, em conjunto com as demais categorias;
- i) Propor ao Magnífico Reitor, em conjunto com a ADUFG e DCE, a realização de uma Assembléia Universitária, em data a ser definida;
- j) Indicar para o CNG a realização de Assembléia Unitárias amanhã (12/05), para retorno imediato às atividades.



Assembléia contou com grande participação de servidores

Valeu a Ousadia do Movimento, pois é exatamente isso que o governo não quer que aconteça.

Documento aprovado por uma

nimidade.

Goiânia, 10 de maio de 1995
COMANDO LOCAL DE GREVE

Ministro da Educação é recebido com vaias em sua visita a Goiânia



A visita do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a Goiânia, no último dia 25/05, provocou protestos por parte de setores da comunidade universitária que estão inconformados com as reformas na Educação e, particularmente, nas universidades, que o governo pretende promover. O Ministro foi "recepcionado" pelos manifestantes - estudantes, em sua maioria, e servidores - em frente ao Aeroporto Internacional Santa Genoveva. No local, foi feito o enterro simbólico

do Ministro. As lideranças do movimento comandaram a manifestação de um carro de som, gritando slogans contra a política educacional do governo, que consideram privatista, elitista e dissociada dos interesses da sociedade e do país. "Com os seus projetos para a Educação, o governo pretende restringir o acesso da população à universidade, ao mesmo tempo em que deseja golpear conquistas dos servidores", afirma o Vice-Coordenador Sindical do Sint-UFG, João Pires.

Futebol Infantil do Sint-UFG faz bonito



Excelentes desempenhos estão sendo registrados pela equipe de futebol infantil do Sint-UFG que está sob a coordenação do professor Maurício Mustafê. O retrospecto dos dois últimos jogos da equipe são provas da garra e da determinação dos garotos. Na partida disputada no último dia 14/05, a equipe goleou o Esporte Clube Canarinho, por 12X2, jogo realizado no campo do Sint-UFG. No último dia 21/05, outra goleada desta vez por 5X1, em partida também realizada no campo do Sint-UFG. O Sindicato parabeniza a meninada pelos resultados conquistados.